

PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 012/2019

PROCESSO N.º: 001820-14/01

INTERESSADO: JOSE VALDISIO CORREIA JUNIOR

OBJETIVO: Análise e julgamento de primeira instância de infração ambiental.

AUTO DE INFRAÇÃO/EMBARGO: Nº 0004203

SANÇÕES: Multa Simples e embargo.

EMENTA: Desmatar floresta nativa, fora da área da RL sem autorização ambiental competente (Auto de Infração n.º 0000004203).

I – RELATÓRIO DOS FATOS

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do **Auto de Infração nº 0004203** lavrado com fundamento no art. 70 *caput* c/c § 1º, da Lei Nº 9.605/98 e art. 3º inciso II e VII e 52 *caput* do Decreto Nº 6.514/2008; por desmatar floresta nativa, fora da área da RL sem autorização ambiental competente.

O referido auto originou-se diante da análise ambiental do processo de nº 0001053-14/01, que após detida análise via DPMA/FEMARH, certificou-se uma área de 7,7023 antropizada.

Ao se deslocarem ao local da infração (município de Caracaraí), os analistas ambientais certificaram de fato uma área antropizada num total 7,7023 ha, coordenadas 01.23'50,2" N e-06021',18" W.

Pela prática da infração supramencionada fora aplicada a penalidade de multa simples no valor de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, conforme o Auto de Infração nº 0004203; e embargo. As fls.11, o autuado apresenta termo de reconhecimento da prática do ato infracional c/c reconhecimento de dívida, posto que, reconhece o valor atribuído à multa simples aplicada, e ainda requer o desconto disposto em lei.

Considerando o pedido do autuado, houve emissão do boleto bancário referente ao valor da multa (fls.15). Não obstante, e de acordo com as certidões encartadas no auto as fls.22, não houve o pagamento devido, assim como também não consta nenhum relatório técnico ambiental e/ou defesa sobre o embargo da área.

Prosseguindo com a fase de instrução, esta CUAJ procedeu-se a abertura do prazo para alegações finais, conforme publicação no DOERR, edição nº 3584, datado em 16 de outubro de 2019, no qual, o autuado não se manifestou.

É o relatório.

II – INSTRUÇÃO EM SÍNTESE

Constatou-se nos autos o MEMO N° 415/2014/DFA/DMCA/FEMARH (fl. 02); Auto de Infração N° 0001581 (fl. 03); Relatório Ambiental N° 153/14 (fls. 03-08); Auto de Infração N° 0004203 (fl. 09); Despacho PROJUR (fl.14); dentre outros.

III – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- **Constituição Federal de 1988;**
- **Lei nº. 9.605/1998-** Lei dos Crimes Ambientais;
- **Decreto nº. 6.514/2008-** Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e do seu processo administrativo federal;
- **Lei 12.651/2012-** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- **Instrução Normativa FEMARH nº 006 de 16 de Outubro de 2019 –** Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviço de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito de atuação da FEMARH.

IV – ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO/DEFESA

Não houve recurso.

V – REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

De acordo com o art. 143, §1º, do Decreto N° 6.514/2008, independente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causada.

Posto isso, caberá ao infrator proceder à reparação do dano ambiental da área afetada mediante acompanhamento e crivo da Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental – DMCA/FEMARH/RR.

VI – ENCAMINHAMENTO

Remeta-se o devido processo, com base nos fundamentos do presente parecer, à Presidência para as devidas providências quando a **publicação e notificação**, para regular direito de interposição de recursos a luz IN 06/2019.

VII – CONCLUSÃO

Com base na análise dos documentos encartados que delinearão os fatos, e ao verificar que os autos de infrações revestem-se das formalidades a eles inerentes à luz da Lei Federal nº 9.605/2008, art. 70, 1º§ c/c Lei Estadual nº 537/2006. Art.11, inciso I, com descrições objetivas e claras das infrações, resta evidente que os agentes públicos agiram em perfeita harmonia com os ditames legais preceituados na legislação vigente, conforme se verificou no Auto de Infração 004203. Ademais, o Autuado não apresentou nenhuma licença ambiental ou autorização dos órgãos ambientais para a devida supressão da vegetação nativa. Entendo:

- a) Mantem-se a sanção da multa simples aplicada no valor de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e a manutenção e monitoramento do embargo**, pelos seus próprios fundamentos legais.
- b) Que o valor da multa simples dos **Auto de Infração nº 004203** seja calculado e atualizado pelo setor de contabilidade, de acordo com a Lei Nº 8.005/1990.
- c) Seja o autuado notificado via AR, e/ou outro meio de notificação legal para ciência da Decisão.
- d) Após ciência, com a devida juntada do comprovante do AR, ou outro meio legal de notificação/ciência, o autuado poderá pagar o valor da multa no prazo de 5 (cinco) dias, com o desconto legal de 30%, com incidência de juros, mora e correção monetária.
- e) Caso o autuado não pague o valor da multa com 30% de desconto no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência da decisão no processo, poderá apresentar RECURSO a autoridade superior, no prazo de **20 (vinte) dias**.
- f) Por fim, não efetuando o pagamento no período acima estipulado nem apresentando recurso, **CERTIFICAR O TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO** da decisão da 1ª Instância e proceder com os trâmites legais para a **INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA**.

Publique-se, notifique-se por AR e demais providências.

É o parecer. S.M.J.

Boa Vista, 09 de DEZEMBRO de 2019.

Fernanda Nascimento Bernardo de Oliveira
Autoridade Julgadora CUAJ/ Matrícula: 042098909